## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.613, DE 2024

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a guarda provisória de filhos menores em caso de violência doméstica e familiar e para incluir novas informações a serem concedidas à vítima pela autoridade policial quando do registro da ocorrência.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (<u>Lei Maria da Penha</u>), para dispor sobre a guarda provisória de filhos menores em caso de violência doméstica e familiar e para incluir novas informações a serem concedidas à vítima pela autoridade policial quando do registro da ocorrência.

Art. 2º Os arts. 12 e 23 da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12
-A – informar a ofendida a respeito da possibilidade de fixação de juarda provisória dos filhos menores e de arbitramento de alimentos
provisionais ou provisórios; " (NR)
Art. 23
/II – conceder à ofendida a guarda provisória dos filhos menores.

Parágrafo único: Na hipótese prevista no inciso VII, deverá o juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, remeter expediente apartado ao Ministério Público contendo a decisão acerca da concessão da medida protetiva de urgência referente à guarda provisória dos filhos menores, a fim de que este se manifeste sobre a manutenção da medida." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2024.







Deputada MARIA ROSAS Relatora



